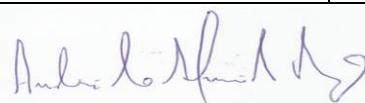


PLANO DE ENSINO

Instância de aprovação: Colegiado do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Campus Paulo Freire-UFSB/ Teixeirade Freitas-BA

Data da aprovação: 28 de março de 2018, em sessão ordinária do Colegiado do Curso.



André de Almeida Rego

(Número de matrícula no SIAPE 2253651)

Coordenador do Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade/
Campus Paulo Freire-Teixeira de Freitas/ UFSB

1) IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular	Noções de Direito Privado natureza: optativo
Código	ISC0398
Carga horária total	60h (creditação 4)
Período letivo	Vespertino (14:00 as 16:00) e noturno (quinta-feira das 18:30 as 22:30 hs) modalidade: seminário
Professor (a)	Dra. Célia Regina Ferrari Faganello; Dr. André Almeida Rego; Ms. Camila Pina Brito.

2) EMENTA

Direito Público e Direito Privado. Critérios de distinção e significado atual da dicotomia. Relações jurídicas privadas. Ramos do Direito Privado. Princípios, fontes e conceitos fundamentais do Direito Privado. Constitucionalização do Direito Privado. Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada. Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.

3) OBJETIVO (S)

O objetivo principal do componente é apresentar aos discentes a dogmática jurídica a partir do estudo de institutos fundamentais do Direito Privado, fomentando a capacidade de argumentação jurídico-dogmática e a aplicação do conhecimento teórico e abstrato à solução de caso concreto. Apresentar as normas legais, conceitos dogmáticos e decisões judiciais (jurisprudência); Interpretar textos (lei, doutrina e jurisprudência).

4) METODOLOGIA

As aulas serão ministradas com a utilização de diferentes técnicas pedagógicas, tais como: exposições dialogadas, leitura e discussão de textos, análise de casos, dinâmicas de grupos devidamente alinhavadas com o assunto em estudo, realização de trabalhos em grupo, pesquisa realizada pelos estudantes, apresentação de seminários, além de outras que forem julgadas pertinentes, tendo em vista a construção crítica do saber dos estudantes sobre os temas abordados. As atividades serão conduzidas pela equipe docente, na modalidade presencial e à distância com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação.

5) DISCRIMINAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO (TEMAS/CONTEÚDOS)

I) Módulo 1: Noções Introdutórias de Direito Privado

- Direito Público e Direito Privado – origem histórica; Critérios de distinção e significado atual da dicotomia; Ramos do Direito Privado; Princípios, fontes e conceitos fundamentais do Direito Privado.

II) Módulo 2:

. Constitucionalização (publicização) do Direito Privado; Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada.

III) Módulo 3: Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.

6) CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

Data	Conteúdo/Atividade docente e/ou discente
1. ^a aula (módulo 1)	<p>✓ Não haverá aula presencial: sem energia no campus Sosígenes Costa – Os alunos devem proceder a leitura em casa, antes da aula, dos seguintes textos:</p> <p>“Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos institutos de direito privado no curso do século XX”, de Luiz Carlos de Azevedo.pdf</p> <p>“A superação da dicotomia direito público e privado: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil”, de Ana Letícia Anarelli Rosati Leonel. https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf</p>
2. ^a aula (módulo 1)	<ul style="list-style-type: none">✓ Apresentação do Componente Curricular (professores, ementa, cronograma e formas de avaliação);✓ Formação dos grupos de trabalho;✓ Apresentação dos monitores da disciplina;✓ Estudo da origem histórica do direito público e privado e critérios de distinção e significado atual da dicotomia através da discussão do texto: A formação histórica

	<p>do moderno direito privado português e brasileiro de Guilherme Braga da Cruz.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudo da proposta de superação da dicotomia (direito público <i>versus</i> direito privado) através da discussão do texto: A supremacia da dicotomia direito público e privado: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil, de Ana Letícia Anarelli Rosati Leonel. ✓ Para Casa: leitura do texto: A jurisprudência como fonte do Direito, de Rogério Soares de Souza. revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368
3^a aula (módulo 1)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ramos do Direito Privado ✓ Princípios do Direito Privado: personalidade, autonomia de vontade, intangibilidade familiar, propriedade individual, legitimidade a herança e direito de testar; ✓ fontes do Direito Privado: formais e materiais; ✓ Discussão do Texto: A jurisprudência como fonte do Direito, de Rogério Soares de Souza. ✓ Para Casa: leitura e fichamento do texto: O DIREITO CIVIL SOB A ÓTICA PÓS-POSITIVISTA: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade, de Aloísio Alencar Bolwerk, Sérgio Augusto Pereira Lorentino ✓ Para Casa: Leitura do Texto: Modos de constitucionalização dos Direitos Privados, de Daniel Gomes de Miranda. http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_494.pdf. <p>Vídeos de apoio:</p> <p><u>Princípios do Direito Privado</u> https://www.youtube.com/watch?v=aZIsHPHlecw&t=205s</p> <p>- fontes do Direito Privado: formais e materiais</p> <p><u>Fontes do Direito</u> https://www.youtube.com/watch?v=6fA9Ufe4yH0 https://www.youtube.com/watch?v=gd6pdXjVgUM</p>
4.^a aula (módulo 2)	<p>Entrega da Avaliação 1: fichamento do texto: O DIREITO CIVIL SOB A ÓTICA PÓS-POSITIVISTA: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade, de Aloísio Alencar Bolwerk, Sérgio Augusto Pereira Lorentino</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Constitucionalização dos direitos privados

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Discussão do texto: Modos de constitucionalização dos Direitos Privados, de Daniel Gomes de Miranda. ✓ Para Casa: Leitura do Texto: Direito Civil Constitucional: A norma constitucional como componente do sistema civil, de Fernanda Sabrinni Pereira e Aguinaldo Alemar http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontcientifico/article/view/5337/5186
5ª aula (módulo 2)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada. ✓ Discussão do texto: Direito Civil Constitucional: A norma constitucional como componente do sistema civil, de Fernanda Sabrinni Pereira e Aguinaldo Alemar ✓ Para Casa: Leitura e Fichamento do Texto: Princípios Gerais do Código Civil de 2002, Davidson Alessandro de Miranda. https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1041/R%20MP%20-%20Princ%C3%ADpios%20gerais%20do%20C%C3%ADdigo%20Civil%20-%20davidson%20alessa%20.pdf?sequence=1 ✓ Para Casa: Leitura dos artigos 1 a 21 do Código Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm ✓ Para Casa: Leitura do Capítulo 2 da dissertação “Já é negro e ainda quer ser travesti? – Experiências trans de mulheres negras”, Camila Pina Brito. http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf
6ª aula (módulo 3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrega da Avaliação 2: fichamento do texto: Princípios Gerais do Código Civil de 2002, Davidson Alessandro de Miranda; ✓ Das pessoas físicas: arts. 1 a 10 do Código Civil (da personalidade e da capacidade) e arts. 11 a 21 (direitos de personalidade); ✓ Discussão do texto: Capítulo 2 da dissertação “Já é negro e ainda quer ser travesti? – Experiências trans de mulheres negras”, Camila Pina Brito.

	<p>Material de apoio</p> <p>Capítulo 8 – Nome, in: Manual do Direito das famílias, 11 ed., 2016 [epub], de Maria Berenice Dias.</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=CisbekTnPw0 (“Protocolo transexualizador – Pergunte às Bee 49, com Daniela Andrade)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=9zACyYDp_fg (Transexualidade e saúde – Pergunte às Bee 51, com Daniela Andrade)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=rI_gylFhHy4 (Transfobia – Pergunte às Bee 58, com Daniela Andrade)</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=2Kf7vzRiw0I (Berenice Bento – Travestis e Transexuais: Construção de Identidades Trans;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para Casa: Leitura dos artigos 40 a 45 do Código Civil; Leitura do texto: A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG, de Rafael Gomes Miranda da Silva, Tereza Cristina Pereira Bezerra e Patrícia Borba Vilar Guimarães. http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566
7.ª aula (módulo 3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Das pessoas jurídicas: arts. 40 a 45 <p>Discussão do texto: A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG, de Rafael Gomes Miranda da Silva, Tereza Cristina Pereira Bezerra e Patrícia Borba Vilar Guimarães.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Para Casa: leitura dos arts. 79 a 103 do Código Civil; leitura dos textos: Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie. http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf <p>O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da convenção europeia sobre proteção de animais de criação, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie. (enviado por e-mail e disponível no SIGAA).</p>

8.ª aula (módulo 3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dos bens: arts. 79 a 103 do Código Civil ✓ Discussão dos textos: <p>Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie.</p> <p>O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da convenção europeia sobre proteção de animais de criação, de Célia Regina Ferrari, Silvia Maria Guerra Molina, Valerie Bouchard-Chapelle e Marie Pierre Elie.</p> <p>Para Casa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura dos arts. 104 a 114 do Código Civil; - Texto 1: A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro, de Maria Clara Stefenoni. http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro,42008.html - Texto 2: A (IN)CONSISTÊNCIA DO PLANO DA VALIDADE NA CONCEPÇÃO PONTIANA – ATO JURÍDICO INVÁLIDO: ARGUMENTO OU ARTIFÍCIO? http://www.ufal.br/seer/index.php/rmdufal/article/download/274/222.
9.ª aula (módulo 3)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Teoria do Fato Jurídico: arts. 104 a 114 do Código Civil ✓ Discussão do texto: A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro, de Maria Clara Stefenoni e A (IN)CONSISTÊNCIA DO PLANO DA VALIDADE NA CONCEPÇÃO PONTIANA – ATO JURÍDICO INVÁLIDO: ARGUMENTO OU ARTIFÍCIO? De Beclauite Oliveira Silva.
10.ª aula (módulo 3)	<p>Avaliação 3: Apresentação de Seminários e Entrega de Trabalhos Escritos + autoavaliação</p>
11.ª aula (módulo 3)	<p>Avaliação 3: Apresentação de Seminários e Entrega de Trabalhos Escritos + autoavaliação</p>

--	--

7) AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será contínuo, e levará em conta a assiduidade e a participação da/o aluna/o nas atividades propostas. A/O estudante será avaliado de 3 maneiras, por meio da elaboração e apresentação de trabalhos, de uma apresentação, da avaliação processual e da autoavaliação sendo:

Avaliação dos Trabalhos

Avaliação 1 (fichamento) = 2,0 pontos

Avaliação 2 (fichamento) = 2,0 pontos

Avaliação 3 (seminário) = 3,0 pontos

Avaliação 4 (participação) = 2,0 pontos

Avaliação 5 (autoavaliação) = 1,0 ponto

Nota final:

Avaliação 1 (2,0 pontos) + Avaliação 2 (2,0 pontos) + Avaliação 3 (3,0 pontos) + Avaliação 4 (2,0 pontos) Avaliação 5 (1,0 ponto) = 10 pontos

7.1) Instrumentos a serem utilizados pelo(a) docente

Quadro branco, datashow ou televisão para apresentação de filmes e/ou slides, auditório e microfones.

7.2) Critérios de avaliação:

- ♦ Participação nos debates e nos trabalhos em grupo;
- ♦ Capacidade analítica e argumentativa a respeito dos temas abordados;
- ♦ Interesse e dedicação do aluno para com os temas tratados;
- ♦ Criatividade e embasamento conceitual para propor soluções para problemas concretos;
- ♦ Coerência e coesão do texto;
- ♦ Comprometimento e capricho nas atividades

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- Alunos com frequência inferior a 75% serão reprovados automaticamente.

Regras básicas de Conduta:

- Pontualidade
- Disciplina e ambiente construtivo em sala.
- Proatividade por parte dos alunos, com preparação prévia das aulas e contribuição para o aprendizado coletivo.
- Leitura prévia dos textos

***As normas de submissão do artigo serão disponibilizadas em momento posterior.**

8) Bibliografia:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos institutos de direito privado no curso do século XX. In: _____ . *Introdução à História do Direito*. – 4^a ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 260-268.

BOLWERK, Aloísio Alencar; LORENTINO, Sérgio Agusto Pereira. **O direito civil sob a ótica pós-positivista**: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade. Disponível em:<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aded6ee2a2975052>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRITO, Camila Pina. **“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – Experiências trans de mulheres negras**. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Jequié, 2016. p. 38-59. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017

DIAS, Maria Berenice. **Manual do Direito das famílias**, 4. ed. Em e-book baseada na 11 ed. Impressa. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 2016 [epub]

LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati. **A superação da dicotomia direito público e privado**: Uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil. Direito civil-constitucional [recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFS. Coordenadores: Ilton Garcia da Costa, Clara Angélica Dias, Cesar Augusto de Castro Fiúza – Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvqjMtwp.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2017.

NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; CHAPELLE, V.B.; ELIE, M.P. O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da Convenção Europeia sobre Proteção de Animais de Criação. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental: Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos, 14. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 15. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental, 5. Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 5, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. v. 1. p. 528-542. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140212144210_5573.pdf>. Acesso em: 07. Jul. 2017.

NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; ELIE, M.P.; CHAPELLE, V.B. Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França. **Revista Internacional Direito e Cidadania**, n.3, fev .2009, p. 15-25,. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 jul. 2017.

MIRANDA, Davidson Alessandro de. **Princípios Gerais do Código Civil de 2002**. Disponível em: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1041/R%20MP%20-%20Princ%C3%ADpios%20gerais%20do%20C%C3%BDgico%20Civil%20-%20davidson%20alessandro%20A6.pdf?sequence=1>>. Acesso em 30 jun. 2017

PEREIRA, Fernanda Sabrinni; ALEMAR, Aguinaldo. **Direito Civil Constitucional: A norma**

constitucional como componente do sistema civil. *Horizonte Científico*, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontcientifico/article/view/5337/5186>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SILVA, Beclaute Oliveira. A (in)consistência do plano da validade na concepção pontiana – ato jurídico inválido: argumento ou artifício? *RMDUFAL*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2010, p. 41-55. Disponível em: <<http://www.ufal.br/seer/index.php/rmdufal/article/download/274/222>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SILVA, Rafael Gomes Miranda da; BEZERRA, Tereza Cristina Pereira; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. **A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG**. *FIDES*, Natal, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566>>. Acesso em 30 jun. 2017.

SOUZA, Rogério Soares de. **A jurisprudência como fonte de Direito**. *Projeção, Direito e Sociedade*, v. 5, n. 2, 2014. p. 39-50. Disponível em: <<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368>>. Acesso em 30 jun. 2017.

STEFANONI, Maria Clara. **A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro,42008.html>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Francisco. **O Código Civil brasileiro e o problema metodológico de sua realização**. Do paradigma da aplicação ao paradigma judicativo-decisório. *Revista do Direito Privado da UEL*, v. 1, n. 1. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/direitoprivado/artigos/Codcivileoprobлемадесуarealiza%C3%A7%C3%A3oFranciscoAmaral.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BARROSO, Lucas Abreu; PASSAMANI, Brígida Roldi. **Usucapião extrajudicial: o procedimento para além da desjudicialização**. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 21, n. 1, p. 189-211, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/26233>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BELTRAME, Cibelle Mendes. **A burocrática conversão da União Estável em casamento e a convivência prévia aos setenta anos**. *Revista Esmat*, Palmas, Ano 5, n. 5, p. 53-79, 2013. Disponível em: <http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/view/73/79>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRITO, Camila Pina; NASCIMENTO, Marcelo Sena do. **União estável e casamento civil entre casais homoafetivos**. VI Congresso Internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH, 2012. Disponível em: <http://abeh.org.br/arquivos_anais/C/C003.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017

CRUZ, Guilherme Braga da Cruz. **A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro**. Comunicação ao IIº Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832>>. Acesso em 30 jun. 2017.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil – Sentidos, Transformações e Fim**. Rio de Janeiro: Renovas, 2015 pdf.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; COELHO, José Martônio Alves; BIGARIM, Maria Clara Cavalcante. **A expansão da responsabilidade civil na sociedade de riscos**. Londrina: *Scientia Iuris*, v. 15, n. 1, p. 29-50, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/view/7948/8840>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. **O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.**

Civilística.com, ano 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MINAS GERAIS. **Justiça Federal de 1º grau em Minas Gerais.** Processo n. 0069758-61.2015.4.01.3400. 12º Vara Federal. Disponível em: <<http://antigo.es.gov.br/Banco%20de%20Documentos/PDF/Arquivos%20PDF%202015/DESASTRE%20MARIANA%20%20DECISAO%20DO%20JUIZ%20.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MIRANDA, Daniel Gomes de. Modos de Constitucionalização do direito privado. In: Congresso Nacional do CONPEDI, XVII, 20, 21 e 22 de novembro de 2008, Brasília-DF. Anais. Editora (s/i). p 6662-6678. Disponível através do seguinte sítio eletrônico virtual: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_494.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2017.

MORAES, Maria Celina Bodin; Teixeira, Ana Carolina Brochado. **Descumprimento do art. 229 da Constituição Federal e Responsabilidade civil: duas hipóteses de danos morais compensáveis.** Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 117-139, 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/48534/29949>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. **Ação Civil Pública.** Colatina, Espírito Santo, 2015. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/d7ea6b1d-d4b2-4695-a810-e9ebd53e1227.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MOREIRA, Diogo Luna. **A morte como expressão da autonomia no contexto do Direito contemporâneo.** Revista M, v. 1, p. 198-216. Disponível em: <http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam_v01_n01_a10.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Debora. **O paradigma pós positivista do direito privado e a centralidade do objetivo lucrativo da empresa.** Revista Brasileira de Direito, 12(1): 53-61, 2016. Disponível em: <http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2016/07/revistam_v01_n01_a10.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

INFORMAÇÃO ADICIONAL: Para os arquivos em epub, sugere-se fazer download do leitor Calibri neste link <http://calibre-ebook.com/download>

Programação do Componente Curricular (preenchida pela ED)

QUADROS 01, 02, 03 E 04 – Objetivos específicos, competências e habilidades, estratégia didático-pedagógica, bibliografia específica.

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasses
Unidade/ Módulo 01: Noções Introdutórias de Direito Privado	Compreender o histórico de desenvolvimento do direito privado no mundo e no Brasil Identificar e conhecer os principais ramos que compõem o direito privado no mundo e no Brasil Compreender como as transformações pelas quais a sociedade passou impactaram na configuração do direito privado.	Leitura crítica; Organização e articulação de constructos textuais; Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas; Capacidade de expressão (oral, escrita e outras)	Capacidade de ler e expressar criticamente as principais questões referentes ao panorama de desenvolvimento do direito privado no mundo e no Brasil; Mobilizar as habilidades trabalhadas, para promover a leitura, reflexão, síntese e fichamento de textos que versam sobre aspectos do direito privado.	1 ^{a)}	Aula introdutória da CC Noções de Direito Privado (04h00min)	Apresentação da componente curricular Exposição do plano de curso e início da definição dos estudos e atividades a serem realizados. Debate e sugestões por parte dos estudantes	XXXXXXXXXXXX
		Interação com os outros estudantes e o docente no processo pedagógico		2 ^a	O antropoceno e a crise sistêmica: diversidades, limites planetários e impactos regionais (04h00min)	Leitura, discussão e compreensão dos textos-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue: CRUZ, Guilherme Braga da. A formação histórica do moderno direito privado português e brasileiro. In: Colloquim Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 2º, 1954, São Paulo-SP. Disponível através do seguinte link eletrônico virtual: < http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66222/68832 >. Acesso em 10 de julho de 2017. AZEVEDO, Luiz Carlos de. Panorama das alterações mais sensíveis ocorridas nos instituto de direito privado no curso do século XX. In: <i>Introdução à História do Direito</i> . – 4 ^a ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 260-268. LEONEL, Ana Letícia Anarelli Rosati. A superação da dicotomia direito público e direito privado: uma proposta coerente com a constitucionalização do direito civil. In: COSTA, Ilton Garcia da; DIAS, Clara Angélica Gonçalves & FIÚZA, César Augusto de Castro. Direito Civil Constitucional [Recursos Eletrônicos on-line]. Florianópolis: CONPEDI. 2015. p. 59-76. Disponível através do seguinte link eletrônico virtual: < https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/84k8hu2h/x2r9Q7VaCvjqMtwp.pdf >. Acesso em 10 de julho de 2017. Preparação de mini-apresentações sobre ramos/ partes do direito civil brasileiro Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas

				3 ^a	Ramos, princípios e fontes do direito privado (04h00min)	<p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>SOUZA, Rogério Soares de. A Jurisprudência como fonte do direito. Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade. Brasília, V. 5, nº 2. p. 39-50. 2014. Disponível através do seguinte link: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/download/411/368>. Acesso em 10 de julho de 2017.</p> <p>Para casa: fichamento 01 (avaliação 01) do texto (disponível através do SIGAA-UFSB), cuja referência se registra abaixo:</p> <p>BOLWERK, Aloísio Alencar; LORENTINO, Sérgio Agusto Pereira. O direito civil sob a ótica pós-positivista: uma nova interpretação a partir da redefinição do conceito de liberdade. Disponível em:<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aded6ee2a2975052>. Acesso em: 30 jun. 2017.</p> <p>Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.</p>	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas
--	--	--	--	----------------	--	---	--

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasses
Unidade/ módulo 02: Constitucionalização (publicização) do Direito Privado	<p>Construir um entendimento coerente sobre os princípios e normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil e propriedade privada.</p> <p>Compreender as causas, consequências e principais características do processo de constitucionalização do direito privado</p>	<p>Leitura crítica; Organização e articulação de constructos textuais; Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas; Capacidade de expressão (oral, escrita e outras)</p> <p>Interação com os outros estudantes e o docente no processo pedagógico</p>	<p>Capacidade de ler e expressar acerca dos aspectos principais concernentes ao processo de publicização do direito privado, identificando as interfaces entre direito privado e constituição;</p> <p>Mobilizar as habilidades trabalhadas, para promover a leitura, reflexão, síntese e fichamento de textos que versam sobre aspectos do direito privado.</p>	<p>4^a</p> <p>5^a</p>	<p>Constitucionalização dos direitos privados (04h00min)</p> <p>Princípios normas constitucionais conformadores das categorias de direito civil, especialmente pessoas, família, contratos, responsabilidade civil propriedade privada. (04h00min)</p>	<p>Entrega do fichamento proposto (Fichamento 01/ avaliação 01)</p> <p>Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue:</p> <p>MIRANDA, Daniel Gomes de. Modos de Constitucionalização do direito privado. In: Congresso Nacional do CONPEDI, XVII, 20, 21 e 22 de novembro de 2008, Brasília-DF. Anais. Editora (s/i). p 6662-6678. Disponível através do seguinte sítio eletrônico virtual: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/07_494.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2017.</p> <p>Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.</p>	<p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p> <p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p> <p>Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas</p>

						Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	
--	--	--	--	--	--	--	--

	Objetivos específicos educacionais do módulo	Competências a desenvolver no módulo	Habilidades principais a desenvolver na atividade	Sessões*	Denominação da sessão e sua duração / h	Bibliografia específica	Atividade extraclasse
Unidade/ módulo 03: Direito das Pessoas e dos Bens. Direitos da Personalidade. Teoria do Fato Jurídico.	Compreender os princípios básicos que regem o direito das pessoas e dos bens, os direitos da personalidade e a teoria do fato jurídico.	Leitura crítica; Organização e articulação de constructos textuais; Domínio do conteúdo e das reflexões realizadas; Capacidade de expressão (oral, escrita e outras) Interação com os outros estudantes e o	Capacidade de ler e expressar criticamente as principais questões da d campo do direito das pessoas e dos bens, dos direitos da personalidade e da teoria do fato jurídico. Mobilizar as habilidades trabalhadas, para desenvolver um artigo acerca de tema específico no campo do direito	6 ^a	Das pessoas físicas (04h00min)	Entrega do fichamento proposto (Fichamento 02/ avaliação 02) Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue: Arts. 1 a 10 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (da personalidade e da capacidade) e arts. 11 a 21 (direitos de personalidade); BRITO, Camila Pina. “Já é negro e ainda quer ser travesti?” – Experiências trans de mulheres negras. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Jequié, 2016. p. 38-59. Disponível em: < http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/wp-content/uploads/2017/03/Camila-Pina-Brito.pdf >. Acesso	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.

		docente no processo pedagógico	privado, construindo a sua versão escrita e expondo as suas ideias principais através de seminários			em: 30 jun. 2017 Preparação do projeto de intervenção (trabalho final) Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	
				7 ^a	Das pessoas jurídicas (04h00min)	Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue: Arts. 40 a 45 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ; SILVA, Rafael Gomes Miranda da; BEZERRA, Tereza Cristina Pereira; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. A desconsideração da Pessoa Jurídica em casos de desastres ambientais: estudo de caso do rompimento da barragem em Mariana/MG. FIDES, Natal, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: < http://www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/view/566 >. Acesso em 30 jun. 2017. Observação: Doravante, outras atividades serão propostas pelo docente.	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
				8 ^a	Dos bens (04h00min)	Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue: Arts. 79 a 103 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 FAGANELLO, Célia Regina Ferrari; MOLINA, Silvia Maria Guerra; BOUCHARD-CHAPELLE & ELIE, Marie Pierre. Proposta de mudança do status jurídico dos animais nas legislações do Brasil e da França. Revista Internacional de Direitos e Cidadania. São Paulo, nº 3, p 15-23, fevereiro de 2009. Disponível através do seguinte link: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33134-41848-1-PB.pdf . Acesso em 12 de julho de 2017. NOIRTIN, C.R.F.F.; MOLINA, S.M.G.; CHAPELLE, V.B.; ELIE, M.P. O sistema brasileiro de criação intensiva de animais destinados à alimentação humana à luz da Convenção Europeia sobre Proteção de Animais de Criação. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental: Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos, 14. Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 15. Congresso de Estudantes de Direito Ambiental, 5. Congresso de Direito	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.

						Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, 5, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. v. 1. p. 528-542. Disponível em: http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20140212144210_5573.pdf . Acesso em: 07. Jul. 2017.	
				9 ^a	Do fato jurídico	Leitura, discussão e compreensão do texto-base (disponibilizado através do SIGAA-UFSB), cuja referência é a que se segue: Arts. 104 a 114 do Código Civil brasileiro – Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 STEFANONI, Maria Clara. A teoria dos fatos jurídicos no Direito Brasileiro . Disponível em: < http://www.conteudojuridico.com.br/artigo.a-teoria-dos-fatos-juridicos-no-direito-brasileiro.42008.html >. Acesso em: 07 jul. 2017.	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
				10 ^a	Apresentação dos seminários (entrega dos artigos e entrega das autoavaliações e avaliações da CC) - (04h00min)	Textos selecionados previamente e lidos ao longo do quadriestre	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.
				11 ^a	Apresentação dos seminários (entrega dos artigos e entrega das autoavaliações e avaliações da CC) - (04h00min)	Textos selecionados previamente e lidos ao longo do quadriestre	Leitura dos textos propostos e pesquisas relativas às abordagens específicas.

* Encontros, visitas, aulas, atividades individuais programadas e outras modalidades de atividades pedagógicas

Para integralizar a carga horária total dos cursos, 20% da carga horária dos Conjuntos de Componentes Curriculares (CjCCs) devem ser de atividades extraclasse

